

Dívida voltará a ter leilões de conversão

Externa
SAO PAULO — O Governo vai regulamentar os mecanismos de conversão de dívida em investimentos de risco para apresentar como alternativa aos bancos credores, mas não colocará o assunto como condição para um acordo e sim como elemento adicional nas negociações. A afirmação foi feita ontem pelo Embaixador Extraordinário para Assuntos da Dívida Externa, Jório Dauster, antes de um encontro reservado com 67 empresários brasileiros e estrangeiros na Câmara Americana de Comércio, onde expôs as propostas que estão sendo discutidas com bancos comerciais privados.

Segundo Dauster, a conversão da dívida não terá valores nem datas prefixadas para sua realização, como ocorreu nos leilões de 1988, por exemplo, devendo obedecer a um calendário "que seja conveniente para a política monetária do Governo". Conforme adiantou o Embaixador, a conversão poderá se prestar, inclusive, ao papel de resgatar antecipadamente os bônus pelos quais o Brasil quer trocar seus débitos, com prazos de resgate de 15, 25 e 45 anos. Outra alternativa a ser oferecida aos credores, segundo Dauster, é o **relending** (reempréstimo de dívidas pagas mas ainda retidas no Banco Central), cujos detalhes não revelou.

Dauster também afirmou que é equivocada a informação da comunidade financeira de que o Brasil não está pagando nada aos credores desde a moratória de 1987. Este ano, por exemplo, haverá um desembolso de US\$ 7 bilhões para cobrir linhas de curto prazo, bônus, dívidas intercompanhias e créditos do Banco Mundial, FMI e Clube de Paris, embora o total dos compromissos some US\$ 16 bilhões.

Foto de José Carlos Moreira



Embaixador Jório Dauster: leilões não terão valores nem datas prefixadas

O que não está sendo pago, esclareceu, são as amortizações de juros dos empréstimos de médio e longo prazos dos bancos comerciais privados e uma parte das linhas do Clube de Paris anteriores a 1983. Para o próximo ano, dentro dos compromissos que estão sendo honrados, está previsto novo desembolso entre US\$ 5 a 6 bilhões.

O Embaixador disse ainda que não lhe agrada a exigência dos credores de o Brasil obter lastro para os bônus que pretende dar em troca da dívida. Isso demonstra falta de con-

fiança no programa de ajustamento brasileiro e no compromisso de quitar gradativamente a dívida, afirmou. Mesmo assim, reiterou que o Governo não vê nenhum inconveniente nessa hipótese e espera que as propostas partam dos próprios credores. Dauster alertou, porém, que a busca de garantias para os títulos da dívida brasileira — na forma de ouro ou títulos do Tesouro americano, por exemplo — tem um custo de captação e manutenção em carteira, algo que deve ser coberto por novos financiamentos dos credores.